

PIB do RS cai pelo 3º ano consecutivo

Porto Alegre - Em 2016, a taxa de crescimento acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande Sul – a soma de todos os bens e serviços produzidos no Estado – foi negativa de 3,1%, com o valor adicionado bruto com queda de 2,7%. Esse resultado, no entanto, foi melhor que o obtido no País, que apresentou uma taxa negativa de 3,6%. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Quando comparada com o trimestre imediatamente anterior, a queda da economia gaúcha no quarto trimestre de 2016 foi de apenas 0,5%. Já a taxa trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior no Rio Grande do Sul foi negativa de 1,5%. O resultado do quarto trimestre de 2016 foi influenciado pelo desempenho positivo da indústria de transformação. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, a taxa foi de 2,7%. Na comparação com o quarto trimestre de 2015, o crescimento foi de 1,1%. O destaque foi a fabricação de máquinas e equipamentos, com crescimento de 19,6% no período.

CCJ da Câmara decreta a validade das dez medidas contra a corrupção

Câmara - O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CC), deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), decretou na tarde de ontem a validade do projeto das dez medidas contra a corrupção. Pacheco assinou um parecer dizendo que o projeto se adequa ao que a Constituição diz ser um projeto popular. O parecer foi feito depois que a secretaria geral da mesa fez a conferência de 1,7 milhão de assinaturas. O projeto deve ser devolvido para o Senado.

A decisão foi anunciada menos de três horas após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, cobrar do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a retomada da tramitação do projeto. “Determinei que a conferência de assinaturas pela secretaria geral da mesa é válida e é adequada à Constituição. Entendo que estão cumpridos os pré-requisitos do artigo 61, parágrafo 2º da Constituição, podendo se conhecer o projeto como de iniciativa popular”, disse Pacheco.

O projeto foi votado pela Câmara, onde foi desfigurado, e remetido para o Senado. Por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux voltou para a Câmara para que tramitasse como um projeto de lei de iniciativa popular. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já disse que entendia que a missão da Câmara se restringia a conferir as assinaturas e que o projeto deveria voltar ao Senado. (Agência O Globo)



RODRIGO PACHECO: projeto atende à Constituição

SAIBA MAIS

Segundo a Constituição, para que um projeto seja apresentado ao Congresso pela população é necessário que pelo menos 1% do eleitorado o subscreva em ao menos cinco Estados com no mínimo 0,3% do eleitorado nacional.

O projeto de medidas anticorrupção foi aprovado

pelos deputados em novembro de 2016 e já tramitava no Senado quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux ordenou, em dezembro, o seu retorno à Câmara, por uma “multiplicidade de vícios”. O mandato de segurança que deu origem à decisão judicial foi impetrado por Eduardo Bolsonaro (PSC-SP).

ICMS de 6% para suinocultores

Porto Alegre - O governo do Estado enviará nesta semana à Assembleia Legislativa o projeto de lei que mantém a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a saída interestadual de suínos vivos do Rio Grande do Sul. A decisão foi tomada na noite de segunda-feira em reunião do governador José Ivo Sartori com o vice-governador José Paulo Cairoli e com os secretários Giovanni Feltes (Fazenda) e Ernani Polo (Agricultura). A redução da alíquota de 12% para 6% era prorrogada sistematicamente, desde 2009, por meio de decreto. A cadeia dos suínos no RS engloba cerca de 8 mil produtores, que abatem em torno de 9 milhões de animais por ano, conforme a Associação dos Criadores de Suínos (Acsurs). É o segundo maior Estado produtor (atrás de Santa Catarina) e o quarto maior exportador. De acordo com o secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ernani Polo, a proposição vem para fazer com que a produção de suínos cresça.

Assembleia aprova três projetos encaminhados pelo governo do RS

Porto Alegre - A Assembleia Legislativa aprovou, na sessão plenária de ontem, três dos quatro projetos do governo do Estado previstos para serem apreciados na ordem do dia. O primeiro projeto (272/2016), prevê uma taxa que possibilitará ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Detran) a devida contrapartida pela inclusão de gravames veiculares, de forma a garantir, conforme o governo, maior efetividade e controle desta função estatal. A matéria foi aprovada com 42 votos favoráveis e seis

contrários. O segundo projeto (273/2016), aprovado com 46 votos a favor e nenhum contrário, altera lei de 2006 que autoriza o Executivo, suas entidades da administração indireta e a Companhia e Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs), a firmarem termo de transação relativo aos valores decorrentes dos contratos de prestação de serviços de processamento de dados. Pela proposta atual, o Executivo, as entidades da administração direta e a Procergs ficam autorizados a realizarem

transação, inclusive para pagamento parcelado, relativamente aos valores decorrentes dos contratos de prestação de serviços de processamento de dados firmados entre eles, vencidos até 31 de agosto de 2016.

Ainda foi aprovado, com 43 votos a favor e quatro contrários, o projeto de lei 271/2016, que eleva de 12% para 18% a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com leite UHT e para revogar a isenção nas operações internas com o referido produto, com-

plementando com crédito fiscal presumido para a indústria gaúcha, de forma a zerar a carga tributária para a produção estadual. A proposta recebeu uma emenda do deputado Gabriel Souza (PMDB).

Por falta de quorum, o quarto projeto previsto para ser votado ontem, o 269/2016, teve votação adiada para a próxima semana. O texto prevê alterações no Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada – Mais Água, Mais Renda, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

Sartori e Feltes vão ao Congresso

Brasília - O governador José Ivo Sartori foi a Brasília ontem para acompanhar a votação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados. O secretário da Fazenda, Giovanni Feltes, seguiu para Brasília também para acompanhar a sessão do Congresso. Sartori fez contato com diversos governadores que já estão na capital federal para acompanhar e negociar a votação da proposta. O governador vem defendendo modificações no projeto que preservem os serviços públicos. Segundo Sartori, o Rio Grande do Sul fez o seu “dever de casa” desde o primeiro dia do governo: decretou medidas administrativas para redução de

gastos, encaminhou para a Assembleia Legislativa e conseguiu a aprovação de projetos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, a previdência complementar e o aumento da contribuição previdenciária para 14%. A suspensão do pagamento de dívidas de Estados com problemas financeiros custará R\$ 37 bilhões à União nos próximos três anos, segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi. O valor representa o que Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais deixarão de pagar ao governo federal caso aceitem o acordo de auxílio financeiro em troca da implementação de medidas de ajuste fiscal.

Kassab cogita privatizar os Correios

Brasília - O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse ontem que os Correios poderão ser privatizados, se não ocorrer um processo que rapidamente traga de volta o equilíbrio financeiro à empresa. No ano passado, o prejuízo da estatal se aproximou dos R\$ 2 bilhões, pouco abai-

xo do valor registrado em 2015. “Concordo que houve má gestão. Má gestão é corrupção, loteamento, não ter capacidade de recursos adicionais, não fazer os cortes necessários para manter o equilíbrio. A empresa está correndo contra o relógio, porque o governo não tem recursos.” (Agência O Globo)

Rosa Weber dá cinco dias para Temer responder sobre legalização do aborto

Brasília - A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias de prazo para que o presidente da República, Michel Temer, se manifeste na ação que pretende ampliar a legalidade do aborto. O mes-

mo prazo foi dado para que o Senado e a Câmara dos Deputados se manifestem. Em seguida, serão dados mais cinco dias para que a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também en-

viem seus pareceres. Depois, Rosa deve decidir sobre o pedido de liminar feito pelo Psol e pelo Instituto Anis – organização não governamental (ONG) de defesa dos direitos das mulheres – para que sejam suspen-

das todas as prisões em flagrante, inquéritos policiais, processos em andamento e efeitos de decisões judiciais que tenham relação com procedimentos abortivos praticados nas 12 primeiras semanas de gestação. (ABR)

Terceirização: Mello quer mais informações

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello pediu ontem a manifestação da Câmara dos Deputados antes de decidir sobre o pedido de parlamentares da Rede Sustentabilidade e do PT para anular a votação na qual foi aprovada a lei que trata da terceirização da mão de obra da área firmada pelas empresas. “Entendo prudente solicitar, no caso, prévias informações ao órgão apontado como coator”, despachou. (ABR)